



CONTRATO Nº [Informar] / [Informar]
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - PONTO DE COLETA

CONTRATANTE: [Informar]

CNPJ: [Informar]
INSCRIÇÃO ESTADUAL: [Informar]
ENDEREÇO: [Informar]
CEP: [Informar]
TELEFONE: ([Informar]) [Informar]
E-MAIL: [Informar]

REPRESENTANTE (S):

AUTORIDADE COMPETENTE 1: [Informar]
DOCUMENTO DE IDENTIDADE: [Informar]
CPF: [Informar]

AUTORIDADE COMPETENTE 2: [Informar]
DOCUMENTO DE IDENTIDADE: [Informar]
CPF: [Informar]

CONTRATADA: [informar]

CNPJ: [informar]
INSCRIÇÃO ESTADUAL: [informar]
ENDEREÇO: [informar]
CEP: [informar]
TELEFONE: [informar]
E-MAIL: [informar]

REPRESENTANTE(S):

NOME: [informar]
CARGO/FUNÇÃO: [informar]
DOCUMENTO DE IDENTIDADE: [informar]
CPF: [informar]
ENDEREÇO: [informar]
CEP: [Informar]
TELEFONE: [Informar]
E-MAIL: [informar]

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO E PREÇO

1.1 O presente contrato tem como objeto a contratação de estabelecimento varejista ou com características de varejo, para a prestação de serviços denominados como "Ponto de Coleta", conforme especificações contidas no Projeto Básico para as localidades definidas no Anexo III do Projeto Básico.

Distrito [informar] - Bairro [informar]

Item	Código (ERP)*	Descrição do Serviço	UM**	Qtd. Estimada/MÊS	Valor Unitário Estimado/Mês	Valor Total Estimado/Ano
1	09910365	Serviço Ponto de Coleta.	UN	[informar]	[informar]	[informar]

1.2 DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1.2.1 A empresa que irá operar o Ponto de Coleta deverá executar as seguintes atividades:

- Recebimento, utilizando o sistema fornecido pelos Correios, de encomendas previamente pagas pela internet ou de encomendas a faturar de clientes com contrato;
- Realização da conferência do CEP e das dimensões dos objetos;
- Impressão do rótulo de endereçamento, quando solicitado pelo cliente sem contrato com os Correios;
- Guarda temporária dos objetos captados;
- Entrega dos objetos captados aos Correios;
- Disponibilização de encomendas para retirada pelos clientes.

1.2.2 A disponibilização de encomendas para retirada pelos clientes será implantada em momento oportuno, de acordo com a conveniência da CONTRATANTE e concordância da CONTRATADA, mediante remuneração específica para o serviço.

CLÁUSULA SEGUNDA - ATIVIDADES PRELIMINARES

2.1 O prazo para execução das atividades preliminares abaixo relacionadas é de até 30 (trinta) dias da assinatura do presente instrumento, contados de forma corrida, devendo contemplar as seguintes ações:

- a) Instalar o sistema para atendimento no Ponto de Coleta;
- b) Realizar a capacitação da equipe responsável pela operação do Ponto de Coleta;
- c) Afixar os itens de Comunicação Visual fornecido pelos CORREIOS, no local destinado ao Ponto de Coleta no estabelecimento da CONTRATADA;
- d) Visita técnica pela equipe dos CORREIOS no estabelecimento da CONTRATADA;
- e) Expedição de Termo de Autorização para início das atividades.

2.2. O prazo para a execução de cada atividade preliminar, respeitando o limite máximo de 30 dias, será estabelecido entre as partes, a fim de considerar a capacidade técnica e operacional de ambos.

2.3 Havendo concordância entre as partes, o prazo estipulado poderá ser prorrogado, por até 30 dias, caso não seja possível realizar todos os procedimentos necessários para início das atividades no período inicialmente estabelecido.

2.4 Caso a CONTRATADA tenha ensejado o atraso no cumprimento do prazo, esta deverá solicitar e justificar a necessidade de dilação de prazo formalmente, com antecedência mínima de 10 (dez) dias do fim do prazo, cabendo aos CORREIOS analisar e emitir decisão até a data inicialmente estabelecida.

2.5 Caso a justificativa e a solicitação de dilação de prazo não sejam apresentadas pela CONTRATADA dentro do prazo estabelecido, ou a justificativa apresentada não seja aceita pelo CORREIOS, o Contrato de Credenciamento poderá ser rescindido.

2.6 A necessidade de prorrogação de prazo ensejada pelos CORREIOS deverá ser comunicada e justificada à CONTRATADA.

2.7 A empresa CONTRATADA que deixar de realizar as adequações necessárias para o início das operações no prazo estabelecido poderá ter seu contrato rescindido, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO

3.1 O prazo para início efetivo da execução das atividades relacionadas ao objeto deste contrato é de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento, pela CONTRATADA, do Termo de Autorização emitido pelos Correios.

CLÁUSULA QUARTA- OPERACIONALIZAÇÃO DO CANAL - "PONTO DE COLETA"

4.1 A CONTRATADA, a partir da celebração do Contrato, obriga-se a observar as normas, legislação, documentos, orientações, procedimentos e informações necessários à execução operacional do "Ponto de Coleta".

4.2 Os procedimentos para execução operacional dos serviços deverão ser realizados na forma e condições definidas pelos CORREIOS e as alterações serão formalizadas e comunicadas ao Contratado, por meio eletrônico, ou por correspondência formal.

4.3 Os procedimentos para a operação do "Ponto de Coleta", os métodos e práticas para execução dos serviços, o registro das operações, os parâmetros de qualidade, a fiscalização, o envio de informações estatísticas e outros requisitos, estarão disciplinados no PROJETO BÁSICO, neste Contrato, em orientações supervenientes, nas normas internas e na legislação pertinente.

4.4 As alterações ou atualizações totais ou parciais promovidas nos procedimentos para execução dos serviços serão disponibilizadas ao Canal Ponto de Coleta por meio de comunicação prévia, independentemente da anuência da CONTRATADA.

4.5 As adequações de que trata o subitem 4.4 terão aplicabilidade imediata na operação do "Ponto de Coleta" na data de sua disponibilização à CONTRATADA, sempre que não houver nos documentos definição sobre o início de vigência.

4.6 Sobre a coleta dos objetos no "Ponto de Coleta" pelos CORREIOS:

- a) Os horários e frequência regulares de coleta dos objetos na unidade, com definição prévia pela área de gestão operacional dos CORREIOS, serão sempre informados ao parceiro por meio de comunicação específica;
- b) Os horários de coleta regular poderão ser alterados, devendo os CORREIOS informar a CONTRATADA com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência, desde que respeitado o horário de funcionamento da CONTRATADA;
- c) Poderão ser realizadas coletas não regulares quando necessário, cabendo aos CORREIOS informar a CONTRATADA, em tempo hábil, para preparação da carga.

CLÁUSULA QUINTA - LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 O "Ponto de Coleta" deverá funcionar ao público durante o respectivo horário de funcionamento do estabelecimento da CONTRATADA, no endereço descrito abaixo:

RUA:
BAIRRO:
CIDADE:
ESTADO:
CEP:
TELEFONES:

5.2 A CONTRATADA realizará o atendimento a clientes e a preparação da carga para entrega aos CORREIOS, no endereço de instalação do "Ponto de Coleta".

CLÁUSULA SEXTA- RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 As despesas decorrentes da prestação do serviço objeto deste Contrato correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/CONTÁBIL	
Conta Orçamentária	Descrição
44403070027	Serv. Prest - Cred Ponto de Coleta.

CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA

7.1 O período de vigência do presente Contrato será de 60 (sessenta) meses, sendo contado a partir de sua assinatura pela Autoridade Competente do Correios.

CLÁUSULA OITAVA - DA GESTÃO DO CONTRATO

8.1 A gestão deste Contrato será feita:

8.1.1 Por parte da CONTRATANTE:

ÁREA GESTORA OPERACIONAL:

Departamento da Rede de Atendimento – DERAT/CS

E-MAIL: [Informar]

Telefone: [Informar]

ÁREA GESTORA ADMINISTRATIVA:

Departamento de Gestão de Canais - DEGEC/CS

E-MAIL: [Informar]

Telefone: [Informar]

FISCAL DO CONTRATO:

Nome [Informar]

E-Mail: [Informar]

SUPLENTE:

Nome [Informar]

E-Mail: [Informar]

8.1.2 Por parte da CONTRATADA:

Nome do Gestor: [Informar]

Telefone: [Informar]

E-Mail: [Informar]

CLÁUSULA NONA - DOS DEVERES DA CONTRATADA

9.1 Observar as responsabilidades assumidas na assinatura do presente Contrato e cumprir todas as exigências previstas para fiel execução do objeto nos parâmetros estabelecidos.

9.2 Adotar todas as providências necessárias para início das operações, conforme descrito no item que trata das Condições de Execução no Projeto Básico e nas demais orientações repassadas após a assinatura do instrumento contratual, mediante assinatura de Termo de Confidencialidade, ANEXO III do presente Contrato, realizando as ações necessárias com dedicação, zelo, celeridade e tempestividade.

9.3 Observar, obrigatoriamente, normativos internos e orientações específicas das necessidades dos CORREIOS quanto à operacionalização do Ponto de Coleta.

9.4 Tratar respeitosamente, e observando os princípios éticos, os profissionais dos CORREIOS na execução de suas atividades.

9.5 Viabilizar e garantir toda a infraestrutura necessária para o funcionamento do Ponto de Coleta, a exemplo do espaço físico, energia, acesso à internet, iluminação, segurança, limpeza, equipamentos, garantindo a integridade dos objetos sob sua guarda.

9.6 Atender às exigências legais relacionadas à ergonomia, segurança do trabalho e acessibilidade aplicáveis ao modelo do negócio mesmo que esses requisitos não sejam foco de supervisão e acompanhamento pelos CORREIOS.

9.7 Responsabilizar-se integralmente pelos custos necessários para manter o Ponto de Coleta em funcionamento durante a vigência do contrato, incluindo impostos e outras despesas, diretas e indiretas, necessárias ao cumprimento das obrigações inerentes à prestação do serviço, sem ônus adicional aos CORREIOS.

9.8 A CONTRATADA deverá, durante toda a execução contratual:

- a) Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
 - b) Manter atualizados seus dados no Cadastro de Fornecedores do Correios;
 - c) Comprovar, quando solicitada, sua regularidade econômica, contábil, fiscal, trabalhista e previdenciária, na forma e no prazo indicados pelos CORREIOS;
 - d) Manter a regularidade e visibilidade da comunicação visual de sinalização do Ponto de Coleta, conforme orientação dos CORREIOS;
- observar na integralidade, a partir da celebração do presente instrumento contratual, a legislação aplicável, os normativos internos e as orientações emitidas pelos CORREIOS.

9.9 Prestar os serviços em estrita observância aos detalhamentos constantes neste Instrumento e seus ANEXOS.

9.9.1 Executar as seguintes atividades:

- a) Receber, utilizando o sistema fornecido pelos Correios, as encomendas previamente pagas pela internet ou as encomendas a faturar de clientes com contrato;
- b) Conferir CEP e as dimensões dos objetos;
- c) Imprimir o rótulo de endereçamento, quando solicitado pelo cliente sem contrato com os Correios;
- d) Guardar temporariamente os objetos captados;
- e) Entregar os objetos captados aos Correios;
- f) Disponibilizar encomendas para retirada por parte dos clientes.

9.10 Emitir documento fiscal com o mesmo CNPJ que consta neste instrumento, discriminando no corpo das mesmas o serviço/etapa/parcela, o local da prestação do serviço, bem como destacar, se possível, o número e o objeto deste Contrato.

9.10.1 Caso a CONTRATADA possua mais de uma contratação com os CORREIOS, deverá emitir documentos fiscais distintos;

9.10.2 No caso de Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) – NF-e, a CONTRATADA deverá encaminhar, se for o caso, o(s) respectivo(s) arquivo(s) no formato XML para o e-mail documentofiscal@correios.com.br.

9.10.3 Caso a CONTRATADA seja MICROEMPRESA-ME ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP, optante do SIMPLES NACIONAL, a emissão dos documentos fiscais fica condicionada a:

9.10.3.1 Inutilização dos campos destinados à base de cálculo e ao imposto destacado, de obrigação própria, devendo constar, no campo destinado às informações complementares, ou, em sua falta, no corpo do documento, por qualquer meio gráfico indelével, as expressões: “DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL”, para os casos de emissão de documentos não eletrônicos;

9.10.3.2 Indicação das expressões: “DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL” no campo destinado às informações complementares das notas fiscais eletrônicas.

9.11 Apresentar em duas vias a declaração constante no anexo IV da IN/RFB 1.234/2012 no ato da assinatura do contrato e/ou na prorrogação, caso a Contratada seja MICROEMPRESA-ME ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP, optante do SIMPLES NACIONAL.

9.11.1 Quando o instrumento contratual ou termo aditivo for assinado eletronicamente, o documento de que trata o subitem acima deverá ser enviado em até 02 (dois) dias úteis a contar da data de assinatura.

9.12 Sanear, às suas expensas, em garantia, os vícios, defeitos ou incorreções que se verificarem nos objetos, respondendo diretamente por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo, durante a execução deste Contrato.

9.13 Responsabilizar-se de forma exclusiva pela quitação de todos e quaisquer ônus e encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução desta contratação.

9.13.1 A CONTRATADA declara que a inadimplência de quaisquer dos encargos referidos não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto desta contratação.

9.14 Permitir à CONTRATANTE a fiscalização, a vistoria dos serviços e o livre acesso às dependências, se for o caso, bem como prestar, quando solicitada, as informações visando o seu bom andamento.

9.14.1 A fiscalização pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades e, na ocorrência destas, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes ou prepostos.

9.15 Manter sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais e inovações da CONTRATANTE de que venha ter conhecimento, não podendo, sob qualquer pretexto divulgá-las, reproduzi-las ou utilizá-las, sob as penas da lei, mesmo depois de encerrada a presente contratação.

9.16 Responsabilizar-se pela execução dos serviços contratados, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas e dentro dos prazos estabelecidos, todos os erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades verificadas na execução dos serviços, indenizando a CONTRATANTE ou terceiros por qualquer dano ou prejuízo causados à mesma, a seus servidores ou a terceiros, decorrente desses erros, falhas, omissões ou irregularidades.

9.17 Manter o “**Ponto de Coleta**” limpo e organizado, de forma a torná-lo um ambiente agradável aos clientes.

9.18 Registrar ocorrência policial sobre furto ou roubo de objetos postais no “**Ponto de Coleta**” e enviar comunicação aos CORREIOS, imediatamente após o conhecimento do fato, descrevendo os objetos postais afetados pelo delito.

9.19 Realizar as sinalizações do “Ponto de Coleta”, conforme previsto no Guia de Comunicação Visual – Ponto de Coleta.

9.20 Custear eventuais despesas com transporte, hospedagem e alimentação para seus prepostos e empregados vinculados a operacionalização do “**Ponto de Coleta**” decorrentes da necessidade de deslocamentos para realização de treinamentos presenciais instruídos/oferecidos pelos CORREIOS.

9.21 Efetuar as atualizações que forem disponibilizadas para a Solução de Atendimento, bem como suas adequações, incluindo aquelas que possam afetar equipamentos e periféricos, quando cabível;

9.22 Não utilizar marcas registradas ou logomarcas dos CORREIOS na composição do instrumento constitutivo, razão social da CONTRATADA ou no nome Empresarial do “Ponto de Coleta”;

9.23 A CONTRATADA deverá, na relação com o cliente:

- a) Atender com atenção, respeito e cortesia;
- b) Prestar o serviço de forma adequada, assim entendido quando satisfizer as condições de regularidade, de continuidade, de eficiência, de segurança, de atualidade, de confiabilidade, de qualidade e de generalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DOS CORREIOS

10.1 Manter atualizados os sistemas fornecidos, bem como os itens de comunicação visual das Unidades;

10.2 Estabelecer os métodos e as práticas de execução dos Serviços, assim como a forma de fiscalização e sanções administrativas pelo descumprimento das obrigações assumidas no objeto da contratação, conforme discriminado no Edital, Contrato e Anexos;

10.3 Orientar e supervisionar a execução dos serviços prestados pela CONTRATADA no Ponto de Coleta;

10.4 Fornecer o(s) elemento(s) de identificação visual do “Ponto de Coleta”, para serem instalados ou substituídos pela CONTRATADA.

10.5 Fiscalizar a execução desta contratação e subsidiar a CONTRATADA com informações e/ou comunicações úteis e necessárias ao melhor e fiel cumprimento das obrigações.;

10.6 Definir, a atualização ou alteração do portfólio de serviços e produtos, de acordo com as estratégias dos Correios.

10.7 Definir a frequência e o horário de realização da coleta das encomendas e informar à CONTRATADA;

10.8 Manter a CONTRATADA informada sobre alterações na frequência e o horário de realização da coleta nas Unidades;

10.9 Definir conteúdo e periodicidade de envio de informações gerenciais e operacionais pela CONTRATADA;

10.10 Comunicar por escrito qualquer falta, deficiência ou não conformidade na execução dos serviços nas unidades assim que identificados, para imediata correção pela CONTRATADA;

10.11 Criar materiais promocionais e campanhas publicitárias de acordo com a estratégia definida para o modelo Ponto de Coleta;

10.12 Manter a grade, formato e conteúdo de treinamentos e capacitação atualizados;

10.13 Em caso de treinamento à distância, disponibilizar login e senha de acesso aos materiais;

10.14 Manter a Solução de Atendimento disponibilizada em pleno funcionamento;

10.15 Manter atualizados e disponíveis à CONTRATADA os materiais de referência para utilização da Solução de Atendimento;

10.16 Comunicar previamente à CONTRATADA sobre atualizações que estiverem previstas para a Solução de Atendimento, bem como necessidade de adequações para operacionalização da versão;

10.17 Prover canal de suporte técnico para atender a CONTRATADA na operação da Solução de Atendimento;

10.18 Fornecer as informações operacionais necessárias para emissão do documento fiscal;

10.19 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme o cronograma previsto neste Instrumento, mediante efetiva execução do serviço contratado;

10.20 Avaliar as solicitações da CONTRATADA sobre as modificações relativas à mudança de endereço, composição societária, de objeto social ou itens que alterem as condições de habilitação, e dar parecer dentro do prazo e condições definidos em norma interna;

10.21 Não exigir a dedicação exclusiva de empregado(s) ou de outros recursos utilizados pela CONTRATADA na operação do “Ponto de Coleta”.

10.22 Prover a CONTRATADA com orientações, instruções e treinamentos necessários às atividades relacionadas ao objeto do presente contrato, desde o início da operação e sempre que houver a implementação de alterações que impliquem em impacto na execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS

11.1 Além daqueles previstos na Constituição Federal de 1988 e legislação aplicável, são direitos dos usuários dos serviços postais.

- a) Receber um serviço público adequado, assim entendido quando satisfizer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, confiabilidade, qualidade, generalidade e cortesia na sua prestação;
- b) Ter respeitada a inviolabilidade do sigilo do conteúdo dos objetos em posse dos CORREIOS;
- c) Obter os esclarecimentos sobre dúvidas relativas à prestação do serviço e informações requeridas e consideradas necessárias para defesa dos seus direitos, enquanto consumidor;
- d) Receber, quando cabível, o ressarcimento de danos que, porventura, lhe sejam causados em função do serviço postal realizado por quaisquer dos canais dos CORREIOS.

11.2 Cabe à CONTRATADA, naquilo que lhe couber, zelar pelos direitos dos usuários do Ponto de Coleta.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – IMPEDIMENTOS E VEDAÇÕES

12.1 Além dos impedimentos previstos nas demais cláusulas deste Contrato é expressamente vedado a Contratada e a seus sócios:

- a) Comercializar produtos e serviços do portfólio dos CORREIOS, exceto serviços formalmente autorizados pela Empresa e apenas pelo tempo que perdurar a autorização;
- b) Prestar serviços concorrentes aos serviços postais independentemente do local proposto para sua execução, sendo-lhes vedada, inclusive, a participação societária em pessoas jurídicas que executem tais serviços entendidos como concorrenciais;
- c) Atuar como preposto do cliente perante os CORREIOS ou utilizar do conhecimento adquirido na execução contratual para beneficiá-lo em desfavor da Empresa;
- d) Apresentar-se a terceiros como dirigente, preposto ou empregado dos CORREIOS. A mesma restrição abrange seus representantes e empregados; operar outros canais de atendimento dos CORREIOS, diversos do Ponto de Coleta;
- e) Cobrar do cliente dos CORREIOS qualquer valor pela prestação de serviços relacionados a este contrato;
- f) Criar, manter ou usar de qualquer artifício referente a mecanismos de identificação e captação de dados dos clientes e quaisquer outros usuários do Ponto de Coleta decorrentes deste contrato;
- g) Firmar contrato ou prestar serviços de Coleta/Retirada, ou que guardem similaridade com as atividades deste contrato, relativos a encomendas expedidas por empresas concorrentes da Contratante.

12.2 A CONTRATADA não poderá formalizar, direta ou indiretamente, acordos ou contrato comercial com os clientes para prestação de serviços de Correios, mesmo que os atenda com frequência.

12.3 Sem autorização formal prévia dos CORREIOS, é vedada à CONTRATADA:

- a) Realizar qualquer comunicação em nome dos CORREIOS;
- b) Conceder patrocínio ou participar de feiras e eventos utilizando as marcas dos CORREIOS;
- c) Manter, contratar a manutenção ou permitir que mantenham página da internet, aplicativos, redes sociais ou semelhantes, para divulgar o “Ponto de Coleta”.

12.4 A comprovação do descumprimento dos itens que compõe esta cláusula ensejará a aplicação de penalidades, incluindo a rescisão do Contrato, na forma do ANEXO II deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E PROMOÇÃO

13. 1 Compete exclusivamente aos CORREIOS definir as ações de comunicação e promoção que envolvam seu nome, marcas, produtos e serviços, assim como definir seus respectivos cronogramas de aplicação nos canais de atendimento próprios ou contratados, incluído o “Ponto de Coleta”.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PRÁTICAS DE COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO

14.1 As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e seus decretos regulamentadores, e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

14.2 A CONTRATADA declara conhecer e se compromete, por todos os seus prepostos, a respeitar, cumprir e fazer cumprir durante a execução do contrato, no que couber, o “Código de Conduta Ética dos Correios”, que se encontra disponível no endereço eletrônico da Contratante na Internet, www.correios.com.br (página principal), sob pena de se submeter às sanções previstas naquele Código.

14.2.1 A CONTRATADA deverá adotar um perfil ético em suas práticas de gestão, inclusive na cadeia produtiva de seus fornecedores.

14.3 As Partes, seus agentes ou empregados devem combater toda e qualquer iniciativa que seja contra a lei 12.529/11 (Lei de Defesa da Concorrência).

14.4 Em caso de indícios de descumprimento desta Cláusula, a CONTRATANTE poderá realizar diligências, diretamente ou por meio de terceiros, à CONTRATADA, que deverá cooperar e disponibilizar informações, documentos, inclusive por meio de entrevistas com seus colaboradores, observadas as restrições de acesso a informação previstas na legislação brasileira.

14.5 A comprovada violação de qualquer uma das obrigações previstas nesta cláusula poderá ocasionar a rescisão deste Contrato, sem prejuízo da responsabilização por perdas e danos, além das demais sanções contratuais e legais aplicáveis.

17.2.1 Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

- a) Certidão Conjunta de Regularidade com a Fazenda Federal (Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União da Fazenda Federal) e Contribuições Sociais e às de Terceiros (INSS);
- b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

17.2.1.1 Poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando a CONTRATADA estiver com alguma documentação vencida;

17.2.1.2 A não apresentação ou a irregularidade dos documentos previstos no subitem 17.2.1 não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis;

17.2.1.3 Caso o documento fiscal apresente incorreção o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto;

17.2.1.4 Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação;

17.2.1.5 Correrão por conta da CONTRATADA o ônus do prazo de compensação e todas as despesas bancárias decorrentes da transferência de crédito;

17.2.1.6 A CONTRATANTE efetuará as retenções dos tributos incidentes no faturamento, de acordo com a legislação vigente;

17.2.1.7 Nos documentos fiscais, o campo “Tomador dos Serviços” deverá ser preenchido com os dados do CNPJ: Do Correios Sede/Superintendência Estadual contratante ou da lista anexa, que será informado pela área Financeira quando da validação do item do ERP, dependendo do serviço contratado;

17.2.1.8 O faturamento do(s) documento(s) fiscal(is) terá como referência o local da prestação dos serviços definido na Cláusula Quinta deste Instrumento.

17.3 No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE - a título de atualização financeira, compensações financeiras e penalizações - encargos moratórios, com base na variação *pro rata tempore* do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

17.4 A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

17.5 Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

17.6 A remuneração, para efeito deste contrato, consiste na verificação sistemática e validação da quantidade de encomendas coletadas pelo Ponto de Coleta e recolhidas pelos Correios, conforme o resultado da aplicação da seguinte fórmula:

$RP = TO \times RO + (NOA \times ROA) + DC - DP$, onde:

RC: Remuneração da CONTRATADA;

TO: Total de objetos captados, limitado a 504 objetos/período de apuração; RO: Remuneração por objeto captado;

DC: Débitos dos Correios com a CONTRATADA;

DP: Débito da CONTRATADA com os Correios;

NOA: Número de Objetos adicionais que ultrapassarem 504 objetos no período de apuração.

ROA: Valor da Remuneração por objetos adicionais.

17.7 O valor pago à CONTRATADA é constituído por:

- a) Preço fixo por objeto coletado, até o limite definido (RO): R\$1,43 (um real e quarenta e três centavos);
- b) Preço fixo por objeto coletado que ultrapasse o limite definido (ROA): R\$0,73 (setenta e três centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

18.1 A atualização financeira do contrato ocorrerá mediante a atualização financeira do modelo de remuneração do canal Ponto de Coleta, por meio da aplicação de índices de inflação, ajustes dos custos com pessoal e revisão dos parâmetros gerais do modelo de remuneração, tendo como premissa o compartilhamento das despesas do estabelecimento comercial.

18.2 A aplicação dos índices de inflação será realizada considerando os insumos e tendo por base o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) sobre os valores relacionados ao aluguel do espaço, seguro, plano de dados e insumos considerados no modelo.

18.3 Os custos com o pessoal compartilhado, sendo o salário base e benefícios, serão atualizados com base em acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho das categorias envolvidas, tendo como referência a média nacional, considerando apenas as parcelas referentes aos itens constantes do instrumento coletivo e previstos em contrato, vedada a inclusão de antecipações e de benefícios não previstos originariamente.

18.3.1 Na ausência de convenção, acordo ou dissídio coletivo de trabalho, poderá ser considerado o valor do salário-mínimo vigente, nos casos em que o valor deste se torne superior ao salário base considerado.

18.4 São parâmetros gerais previstos para o modelo de remuneração o Custo Médio Ponderado de Capital, os dias por mês trabalhados, as taxas de crescimento e a quantidade de objetos coletados.

18.5 A atualização financeira do modelo remuneratório do Canal Ponto de Coleta será realizada anualmente, com data base em 1º de novembro de cada ano.

18.5.1 A atualização financeira do contrato será realizada automaticamente a cada 12 meses, implementando os valores obtidos na última data base e alterando os valores de remuneração dispostos na Cláusula Décima Sétima (item 17.7) deste contrato.

18.6 A primeira atualização ocorrerá a partir do 12º mês da assinatura do contrato e as demais ocorrerão a cada 12 meses contadas da última atualização.

18.7 Os valores nominais dos investimentos serão mantidos no momento da atualização financeira do modelo, tendo em vista sua previsão de desembolso no início da execução do projeto.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

19.1 Este Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

- a) houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) necessária a modificação do modo e/ou do cronograma de execução do serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação dos serviços.
- d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

19.2 As alterações serão procedidas mediante os seguintes instrumentos:

19.2.1 APOSTILAMENTO: para as alterações que envolverem as seguintes situações:

- a) as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas neste Instrumento;
- b) o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do seu valor corrigido.

19.2.2 TERMO ADITIVO: alterações não abrangidas pelo apostilamento, que ensejem modificações deste Instrumento ou do seu valor;

19.2.3 Os Termos Aditivos ou Apostilamentos farão parte deste Instrumento, como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - PENALIDADES

20.1 Pelo descumprimento das obrigações deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no ANEXO II do presente Contrato, sem prejuízo da reparação dos danos causados à CONTRATANTE, garantida a ampla defesa e o contraditório.

20.2 Além das penalidades previstas no ANEXO II poderá ser aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com os CORREIOS, por prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo da reparação dos danos causados, nos seguintes casos:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com os CORREIOS, em virtude de atos ilícitos praticados.

20.3 O valor da sanção pecuniária e os prejuízos causados pela CONTRATADA serão executados pela CONTRATANTE, nos seguintes termos:

- a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;
- b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados.

20.3.1 Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

20.4 Não serão aplicadas sanções pecuniárias decorrentes de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

20.5 Em caso de descumprimento deste Contrato, além das penalidades acima previstas, a CONTRATADA responderá a título de indenização complementar, nos termos do Parágrafo Único do Art. 416 do Código Civil, por quaisquer danos, prejuízos e lucros cessantes sofridos pela CONTRATANTE.

20.6 As penalidades serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

20.7 As sanções de advertência e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com os CORREIOS, poderão ser aplicadas juntamente com as de sanção pecuniária, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação dessas, cujas razões, em sendo procedentes, poderão isentá-la das penalidades, caso contrário aplicar-se-á a sanção cabível.

20.8 Da aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula caberá recurso, dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 10 (dez) dias úteis ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão.

20.9 As penalidades serão registradas no SICAF.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

21.1 O presente Contrato poderá ser rescindido, conforme legislação aplicável e sem prejuízo das penalidades previstas neste Instrumento.

21.1.1 Poderá haver a rescisão unilateral deste contrato por iniciativa de qualquer uma das partes, quando ocorrer os seguintes motivos:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular deste Contrato, especificações técnicas, projetos ou prazos;
- b) não manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
- c) subcontratação deste Contrato;
- d) decretação de falência ou dissolução da Pessoa Jurídica CONTRATADA;
- e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.

21.1.1.1 Poderá, ainda, haver rescisão unilateral por parte dos Correios por motivos decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável para a execução deste contrato.

21.1.1.2 A rescisão unilateral pela CONTRATADA ocorrerá, mediante aviso prévio e por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias e prova de recebimento, sem prejuízo do cumprimento das obrigações contratuais já iniciadas e do pagamento das indenizações cabíveis aos Correios.

21.1.1.3 Os efeitos da rescisão unilateral pelos Correios serão operados a partir do recebimento da comunicação escrita sobre o seu julgamento ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

21.1.1.4 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

21.1.1.5 A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos ou força maior, acarretará as consequências contidas no subitem 20.3, sem prejuízo das sanções previstas em lei e neste instrumento.

21.2 Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no Processo Administrativo.

21.3 Judicialmente, nos termos da legislação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – SUSPENSÃO DO CONTRATO

22.1 Poderá haver a suspensão da execução deste Contrato, por acordo entre as partes, desde que devidamente motivada e justificada a inviabilidade de sua continuação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – GARANTIA

23.1 Não será exigida Garantia de Execução Contratual para esta contratação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL

24.1 As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Constituição Federal, Decreto-Lei 509/1969, Lei nº 13.303/2016, Decreto nº 8. 945/2016, Lei nº 6.538/1978, Portaria Interministerial 4.474/2018 e, subsidiariamente, pelos ditamos do Código Civil Brasileiro, da Lei 12.846/2013, Lei nº 9.784/1999, Estatuto Social dos CORREIOS e demais disposições legais aplicáveis, bem como pelas regras e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

24.2 Este Contrato é oriundo do Edital de Credenciamento n.º 1/2021 - DINEG / CORREIOS SEDE

24.3 A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

25.1 As PARTES se obrigam, sempre que aplicável, a atuar no presente contrato em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria.

25.2 O consentimento para o tratamento de dados pessoais se dará por meio da assinatura deste contrato.

25.2.1 O tratamento dos dados pessoais será limitado às atividades necessárias para o atingimento das finalidades de execução do objeto deste contrato, e poderá ser utilizado, quando o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

25.3 Após encerrada a vigência do contrato e/ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, a CONTRATANTE eliminará os dados pessoais disponibilizados, salvo quando tenha que mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 Não havendo expediente na CONTRATANTE no dia da prestação do serviço, do pagamento ou outro evento, a data para o adimplemento da obrigação será prorrogada para o primeiro dia útil imediato.

26.2 Na contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

26.3 Os prazos tratados no presente contrato terão início e vencimento somente em dias úteis.

26.4 A CONTRATADA é fiel depositária das encomendas recebidas em razão da execução do objeto deste Contrato, respondendo civil e criminalmente nos termos da lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – FORO

27.1 É competente o Foro da Justiça Federal, *Seção Judiciária do Distrito Federal - DF*, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura oriundas do presente Contrato.

E, por estarem justas e CONTRATADA assinam as partes o presente Contrato, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

PELA CONTRATANTE

NOME: [Informar]
CARGO/CPF: [Informar]

PELA CONTRATADA

NOME: [Informar]
CARGO/CPF: [Informar]

TESTEMUNHAS:

1) _____
NOME: [Informar]
CPF: [Informar]

2) _____
NOME: [Informar]
CPF: [Informar]

ANEXO I DO CONTRATO - INDICADORES DE DESEMPENHO

1 - GESTÃO DO DESEMPENHO

1.1 As principais atividades desempenhadas pelo Ponto de Coleta são relacionadas ao atendimento do cliente, momento em que ocorre a captação, a guarda e a expedição dos objetos. Ao analisarmos cada uma das atividades de forma separada, fica claro que os critérios de análise de desempenho sejam estabelecidos considerando-se essas atividades. Assim, o Índice de Desempenho será calculado com base em dois processos básicos: Atendimento e Objetos Entregues Dentro do Prazo aos Correios.

2 - PESQUISA DE SATISFAÇÃO COM O ATENDIMENTO:

2.1 A Pesquisa de Satisfação com o atendimento será realizada por meio eletrônico no momento imediatamente posterior à postagem do objeto, realizada pelo cliente, no Ponto de Coleta e consistirá em duas perguntas, sendo uma de escala de 1 a 5 e outra de texto livre, conforme modelo abaixo:

a) Considerando o atendimento que você acabou de receber, atribua uma nota de 1 a 5, onde:

Muito insatisfeito	Pouco Insatisfeito	Neutro	Satisfeito	Muito Satisfeito
1	2	3	4	5

3 - Objetos Entregues Dentro do Prazo aos Correios

3.1 O indicador de Objetos Entregues Dentro do Prazo - OEDP, será mensurado considerando-se o total de objetos captados até o horário definido para a coleta pelos Correios e o total de objetos entregues aos Correios. O cálculo do OEDP será feito da seguinte forma:

$$\text{OEDP} = \frac{\text{Quantidade total de objetos coletados} \times 100}{\text{Quantidade Total de Objetos Captados}}$$

Onde:

Objetos coletados são aqueles que o Ponto de Coleta contratado entrega aos Correios.

Objetos Captados são aqueles que são recebidos dos clientes no Ponto de Coleta

3.2 Para efeito de avaliação, tanto para o indicador Pesquisa de Satisfação com o Atendimento quanto para o indicador OEDP, o período avaliativo consolidará as avaliações mensais por um período de seis meses.

Exemplo: o resultado das avaliações divulgado no mês de fevereiro prescreve quando da divulgação dos resultados do mês de agosto. Os resultados de março, prescrevem quando da divulgação dos resultados de setembro, e assim sucessivamente.

3.3 Mensalmente os Correios consolidarão os resultados obtidos com a "Pesquisa de Atendimento" e também com o indicador de "OEDP" e enviarão o resultado para a CONTRATADA.

4 - PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO:

4.1 O prazo para envio dos resultados dos indicadores à Contratada será de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente.

4.2 A partir do recebimento do resultado a Contratada terá 15 dias corridos para apresentar manifestação acerca da apuração aos Correios, via sistema específico para esse fim.

4.3 Os Correios terão 15 (quinze) dias corridos, a partir do término do período de manifestação da CONTRATADA, para avaliarem e responderem à unidade com a definição final da Gestão de Desempenho, com as justificativas correspondentes.

4.4 O sistema deverá disponibilizar as seguintes informações:

- Objetos Entregues Dentro do Prazo;
- Informação analítica dos objetos captados e coletado pelos Correios dentro e fora do prazo, no período de apuração;
- Resultado da Pesquisa de Satisfação com o Atendimento;
- Possibilidade de contestação na própria tela, com um botão "contestar", seguido de campo com comentário e de campo para anexar documento, quando for o caso;
- Tela de visualização e acompanhamento, por parte dos Correios, para a gestão dos pedidos de contestação, permitindo o deferimento ou o indeferimento do pedido.

O acompanhamento dos indicadores de desempenho se dará da seguinte forma:

- Primeiro mês de ocorrência no intervalo de seis meses: emissão de notificação escrita à CONTRATADA;
- Segundo mês de ocorrência no intervalo de seis meses: Advertência escrita com indicativo de necessidade de realização de treinamento;
- Terceiro mês de ocorrência no intervalo de seis meses: notificação escrita com possibilidade de aplicação de penalidade de rescisão contratual.

O acompanhamento acima será aplicado nessa ordem, quando:

- A CONTRATADA não atingir a meta estabelecida para o DECA; ou
- A CONTRATADA atingir para o Ponto de Coleta nota inferior a 3, na média do mês, na "Pesquisa de Satisfação com o Atendimento".

5 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

5.1 O Sistema de Mensuração do Desempenho poderá ser revisado pelos Correios poderão promover atualizações/alterações/revisões de valores/percentuais e melhorias incrementais no Índice de Desempenho (ID).

5.2 Paradas programadas e comunicadas com antecedência mínima, a ser definida pelos Correios, além dos casos fortuitos ou de força maior, não serão contabilizados na avaliação dos indicadores de desempenho e, portanto, não impactarão no desempenho da CONTRATADA;

5.3 Todos os cálculos apresentados neste item, incluindo os indicadores, deverão ser realizados considerando-se apenas duas casas decimais após a vírgula, sendo que a regra para arredondamento dos valores será a seguinte: Se o algarismo da terceira casa decimal for menor que 5, o algarismo da segunda casa decimal não se modifica. Exemplo: 3,642 = 3,64;

5.4 Se o algarismo da terceira casa decimal for maior ou igual a 5, incrementa-se em uma unidade o algarismo da segunda casa decimal. Exemplo: 3,647 = 3,65.

5.5 Para os casos em que, eventualmente, os Correios não realizem a mensuração do indicador, deverá ser atribuída a maior nota ao indicador não mensurado para o Ponto de Coleta.

ANEXO II DO CONTRATO - PROCESSO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADES

1 - REGRAS GERAIS

1.1 As previsões de descumprimento contratual e as suas penalidades integram este ANEXO.

1.2 Na ocorrência de descumprimento contratual, cuja irregularidade não esteja contemplada neste ANEXO, deverá o fato ser enquadrado no assunto que melhor o definir.

1.3 Prevalece a tipificação da irregularidade mais específica sobre a mais geral.

1.4 Quando cabível, a pessoa jurídica ou seus sócios, representantes legais ou empregados poderão responder civil, administrativa e penalmente, nos termos da legislação vigente, pelas irregularidades previstas neste ANEXO, bem como por eventuais repercussões que essas possam gerar aos CORREIOS ou a terceiros.

1.5 Deverá, obrigatoriamente, ser concedida à CONTRATADA a oportunidade de se manifestar com relação às notificações relativas à identificação de descumprimento contratual, oportunizando-se a ampla defesa e o contraditório.

1.6 A emissão de notificação pelos CORREIOS não exime a CONTRATADA da obrigatoriedade de ajustar o procedimento irregular, quando existente, ou de ressarcir os CORREIOS ou a terceiros por danos, indenizações, multas ou demais prejuízos decorrentes da irregularidade.

2 - DEFESA

2.1 A CONTRATADA terá 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação emitida pelos CORREIOS, para apresentar Defesa sobre o objeto da notificação.

2.1.1 A Defesa deverá ser dirigida à autoridade administrativa que emitiu a notificação, mediante peça escrita contendo as razões da CONTRATADA e, se houver, a respectiva documentação comprobatória para avaliação dos CORREIOS.

2.2 A análise do órgão que emitiu a notificação deverá ocorrer em até 10 (dez) dias, e considerar o conteúdo das razões e documentos acostados a peça de defesa encaminhada pela CONTRATADA, devendo:

- a) Se procedente, finalizar e arquivar o processo, comunicando à CONTRATADA o resultado;
 - b) Se improcedente, demandar a continuidade dos procedimentos que ensejarão na efetivação da aplicação da penalidade.
- 2.3 Os CORREIOS para arquivar ou dar continuidade aos procedimentos de penalidade deverão, obrigatoriamente, motivar sua decisão.

3 - RECURSO ADMINISTRATIVO

3.1 Sobre a decisão de improcedência da Defesa cabe Recurso Administrativo com efeito suspensivo no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da ciência da decisão.

3.2 O Recurso Administrativo deverá ser dirigido à autoridade que emitiu a decisão de indeferimento da Defesa.

3.3 A autoridade administrativa que emitiu a notificação relativa à irregularidade poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de até 10 (dez) dias contados a partir do protocolo do recurso ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à Autoridade Competente superior para decisão administrativa.

3.4 DA DECISÃO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

3.4.1 A análise da Autoridade Competente deverá ser realizada em até 10 (dez) dias e considerar o conteúdo das razões e documentos juntados ao processo, devendo decidir motivadamente:

- a) Pela procedência do recurso – Neste caso, demandar a finalização e arquivamento do processo, devendo a sua decisão ser comunicada à CONTRATADA;
- b) Pela improcedência – Neste caso, demandar a continuidade dos procedimentos de contabilização da pontuação relativa à(s) irregularidade(s) no histórico da CONTRATADA e aplicação da penalidade correspondente, devendo a sua decisão ser comunicada à CONTRATADA.

5 - DAS IRREGULARIDADES

5.1 As irregularidades estão distribuídas em Assuntos considerando, principalmente, origem, similaridades e possíveis repercussões, e sobre elas ensejarão a aplicação das seguintes medidas:

- a) Penalidade de Advertência;
- b) Penalidade de Sanção Pecuniária;
- c) Rescisão do Contrato, resultando em descredenciamento.

5.2 As penalidades serão aplicadas de forma progressiva de acordo com a gravidade e reincidência da irregularidade cometida.

5.3 Os Assuntos são classificados da seguinte forma:

- a) Irregularidades relativas ao Ponto de Coleta;
- b) Irregularidades de gestão;
- c) Irregularidades de natureza grave.

6 - DAS IRREGULARIDADES RELATIVAS AO PONTO DE COLETA

6.1 São consideradas irregularidades relativas ao Ponto de Coleta quando houver:

- a) Indisponibilidade de captação/retiradas de encomendas previamente postadas pelos clientes em sistema próprio;
- b) Não realização ou realização incorreta das conferências necessárias para a aceitação dos objetos do CEP e das dimensões das encomendas captadas;
- c) Não realização ou realização incorreta de impressão do rótulo de endereçamento para o cliente;
- d) Inobservância das normas, legislação, documentos, orientações, procedimentos e informações necessários à execução dos serviços constantes deste contrato;
- e) Entrega ao Carteiro os objetos captados sem exigência do respectivo documento comprobatório;
- f) Atendimento a clientes ou entrega de objeto aos Correios em endereço diverso de onde se encontra instalado o Ponto de Coleta;
- g) Desconformidade nas sinalizações do “Ponto de Coleta” em relação ao previsto no Guia de Comunicação Visual – Ponto de Coleta;
- h) Desatendimento a solicitação dos Correios quanto à necessidade de reparos ou troca da identificação visual do Ponto de Coleta;
- i) Falta de condições de higiene no local destinado ao atendimento e guarda provisória dos objetos a serem retirados ou entregues aos Correios;
- j) Não atingimento da meta estabelecida para Objetos Entregues Dentro do Prazo;
- h) Atingimento de nota inferior a 3, na média do mês, na “Pesquisa de Satisfação com o Atendimento”.

6.2 O cometimento das irregularidades dispostas nas alíneas “a” a “i” do subitem anterior, dentro do período de 6 (seis) meses, terá a seguinte progressão:

II - A partir da segunda ocorrência será passível de aplicação da penalidade de Sanção Pecuniária, correspondente a 2% (dois por cento) do valor relativo ao faturamento realizado no mês da ocorrência.

6.2.2 As irregularidades dispostas nas alíneas "j" e "k", terão o seguinte tratamento:

- ## 7 - DAS IRREGULARIDADES DE GESTÃO

- a) Encaminhamento intempestivo de documentos ou informações requeridos pelos Correios;
- b) Não atendimento a convocação e solicitações dos Correios sem apresentar justificativa prévia;
- c) Prestação de informações inverídicas ou não encaminhamento de documentos ou informações requeridos aos Correios;
- d) Ausência de atualizações necessárias para funcionamento do sistema para execução das atividades no Ponto de Coleta;
- e) Apresentação de documento fiscal com CNPJ diverso do que consta na Cláusula Quinta do Contrato do respectivo Ponto de Coleta, bem como deixar de discriminar no corpo das mesmas o serviço/etapa/parcela, local da prestação do serviço e outras informações obrigatórias;
- f) Não adoção de medidas regularmente solicitadas ou indicadas pelos Correios dentro do prazo definido, sem apresentar justificativa prévia;
- g) Alteração de composição societária sem prévia anuência dos Correios;
- h) Ausência de atualização das informações relativas ao Cadastro de Fornecedores do Correios;
- i) Ausência de registro de ocorrência policial sobre furto ou roubo de objetos postais nas dependências do **"Ponto de Coleta"** e de enviar comunicação aos CORREIOS, imediatamente após o conhecimento do fato, descrevendo os objetos postais afetados pelo delito;
- j) Ausência de apuração de reclamação/manifestação de clientes e/ou resposta aos questionamentos relativos ao fato gerador, na forma e prazos definidos nas normas internas e orientações emitidas pelos CORREIOS sobre o tema.
- k) Não observância das disposições relativas ao tratamento e proteção de dados pessoais, conforme Cláusula Vigésima Quinta do Contrato.

II - A segunda ocorrência é passível da penalidade de Sanção Pecuniária, sendo o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor relativo ao faturamento realizado no mês da ocorrência.

8 - DAS IRREGULARIDADES DE NATUREZA GRAVE

- a) Ausência de manutenção das condições de habilitação, quando não puder ser sanada dentro dos prazos estabelecidos;
- b) Violação de segurança e confidencialidade de qualquer tipo de informação que possa ter acesso em decorrência da relação contratual com a contratante;
- c) Violação de sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais e inovações da CONTRATANTE de que venha ter acesso em razão do Contrato de Credenciamento, mesmo após a rescisão contratual;
- d) Impedimento à CONTRATANTE quanto à supervisão, fiscalização ou a vistoria dos serviços e o livre acesso às dependências destinadas ao Ponto de Coleta bem como deixar de prestar, quando solicitada, as informações visando o seu bom andamento;
- e) Ausência de providências necessárias para início das operações, conforme descrito conforme prazos estabelecidos no Cronograma;
- f) Ausência injustificada de infraestrutura necessária para o funcionamento do Ponto de Coleta, o que inclui local seguro para a guarda dos objetos captados, equipamentos, rede elétrica e de dados e telecomunicação;
- g) Formalização, direta ou indireta de acordos ou contrato comercial com os clientes para prestação de serviços de Correios, mesmo que os atenda com frequência;
- h) Criação de mecanismos de identificação e captação de dados dos clientes usuários do Ponto de Coleta decorrentes deste contrato;
- i) Criação de mecanismos para cobrança direta aos clientes dos Correios pela prestação dos serviços relacionados a este contrato;
- j) Execução de quaisquer serviços de transporte, separação ou manuseio de objetos postais de clientes dos Correios (serviços de retaguarda), para recebimento no Ponto de Coleta, bem como qualquer atividade logística que extrapole, o objeto do presente contrato;
- k) Ausência de ressarcimento aos Correios nas situações previstas no Contrato de Credenciamento e conforme regras dispostas no normativo interno que trata de regras financeiras;
- l) Atuação como preposto do cliente perante os CORREIOS ou utilizar do conhecimento adquirido na execução contatual para beneficiá-lo em desfavor da Empresa;
- m) Apresentação a terceiros como dirigente, preposto ou empregado dos CORREIOS, inclusive seus representantes e empregados;
- n) Realização de qualquer comunicação em nome dos CORREIOS;
- o) Concessão de patrocínio ou participação em feiras e eventos utilizando as marcas dos CORREIOS;
- p) Manutenção ou contratação de página da internet, aplicativos, redes sociais ou semelhantes, para divulgar o “Ponto de Coleta”;
- q) Decretação de falência ou dissolução da Pessoa Jurídica sem comunicação prévia aos Correios;
- r) Condenação da Pessoa Jurídica CONTRATADA, ou seus sócios ou representantes legais, em sentença judicial transitada em julgado por prática de crime correlacionado às atividades afetas ao objeto do Contrato de Credenciamento;
- s) Ocorrência de atos que afrontem as normas que regulam a política anticorrupção brasileira, por meio da execução de atividades caracterizadas como violação à Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e à Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), seus decretos regulamentadores e aos termos desse Contrato;
- t) Recusa injustificada de instalação do Ponto de Coleta;
- u) Ausência injustificada das adequações necessárias para o início das operações do Ponto de Coleta conforme Cronograma.

* * * *

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA], inscrita no CNPJ nº [], legalmente constituída e apta a operar conforme Contrato nº por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) [], portador(a) da Carteira de Identidade nº [] e inscrito no CPF nº [], declara e se compromete a manter o mais absoluto sigilo em relação a todos os dados e informações técnicas que tome conhecimento em decorrência do Contrato firmado com os CORREIOS, não divulgando para terceiros e nem utilizando para finalidades não previstas.

Para os fins do Contrato, declara conhecer que são consideradas confidenciais todas as configurações, algoritmos e metodologia de trabalho relacionada aos sistemas de operação e gestão dos CORREIOS quanto ao Ponto de Coleta e demais atividades correlacionadas.

Neste mesmo contexto, trata-se de conteúdo confidencial o *know-how*, técnicas, planos de negócios, propostas comerciais, especificações, contratos, resultados de pesquisas, dentre outras informações ou dados que venha a conhecer em decorrência da relação contratual entre as partes.

Declara ainda conhecer que todas as disposições presentes no presente documento têm validade enquanto da vigência deste Contrato, pelo prazo de 10 (dez) anos após o término de sua vigência ou contados da rescisão do contrato.

[LOCAL], [DATA]

[CARIMBO/CNPJ E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA]



Documento assinado eletronicamente por **Cledson Alves Silva dos Santos, Analista X**, em 29/11/2021, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.correios.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **27438181** e o código CRC **5B8573F5**.

CTR_Ponto de Coleta_(P)_v2

NJ/GJCE-DEJUR/SEI-19220965/2020

Referência: Processo nº 53180.038120/2021-16

SEI nº 27438181